



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
7ª Procuradoria de Contas

TC-4646.989.18
Fl. 1

Processo nº:	TC-4646.989.18
Prefeitura Municipal:	São Roque
Prefeito (a):	Cláudio José de Góes
População estimada (01.07.2018):	89.943
Exercício:	2018
Matéria:	Contas anuais

Em exame, nos termos do art. 71, I, c/c art. 31, § 1º, ambos da Constituição Federal, art. 33, XIII, da Constituição Estadual, e art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993, prestação das contas municipais em epígrafe.

A partir das informações obtidas no curso do processo, consideram-se os resultados contidos no quadro abaixo:

SÍNTESE DO APURADO APÓS CONCLUÍDA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL	
CONTROLE INTERNO	Parcialmente irregular
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício	-0,10 ¹
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de Investimentos	2,91%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Desfavorável
ESTÁ CUMPRINDO PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Sim
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LRF - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	50,13%
ENSINO- Aplicação na Educação - artigo 212, CF (Limite mínimo de 25%)	30,32%
ENSINO- FUNDEB aplicado no magistério (Limite mínimo de 60%)	90,69%
ENSINO- Recursos FUNDEB aplicados no exercício	99,19%
ENSINO- Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	Sim
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	23,33%

¹ Déficit orçamentário amparado em superávit financeiro do exercício anterior (evento 93.22, fl. 05).



Observada a adequação da instrução processual, respeitadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, acompanhando as conclusões da digna Assessoria Técnica (evento 133), opina pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL**, porém **COM RECOMENDAÇÕES**, uma vez que as Contas de Governo, apesar de se apresentarem dentro dos parâmetros legais e dos padrões esperados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, possuem falhas que demandam ações corretivas.

Cumpre ainda destacar que, não obstante os interessados tenham sido notificados para que tomassem conhecimento do Relatório da Fiscalização e apresentassem as alegações necessárias (eventos 98.1 e 101.1), deixaram transcorrer *in albis* os prazos que lhes foram conferidos.

De início, os apontamentos constantes do tópico C.1 do relatório da Fiscalização revelam que a **estrutura da Rede Pública Municipal de Ensino** foi insuficiente para atender a demanda existente em creches (evento 93.22, fl. 13).

Nesse contexto, é imperioso alertar ao gestor que a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais é princípio de estatura constitucional, conforme se extrai do art. 206, IV, da CF/88². Assim, o Administrador deve estar ciente que a oferta irregular do ensino obrigatório pelo poder público importa a responsabilidade da autoridade competente, nos termos do art. 208, §2º, da Constituição³.

Nessa esteira, entende-se cabível a expedição de severa recomendação à Origem para que garanta o atendimento de toda a demanda existente no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, medida essa que deverá ser objeto de averiguação pela Fiscalização das contas do próximo exercício, sendo pertinente alertar a Origem, desde já, que eventual inércia em solucionar definitivamente o problema poderá repercutir negativamente na apreciação dos demonstrativos futuros.

Há, além disso, outras impropriedades no setor que demandam a atuação do Executivo, com destaque para a necessidade de: (i) adequar o número de alunos por turma ao padrão recomendado pelo Parecer CNE nº 08/2010; (ii) oferecer educação em tempo integral

² “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...]

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;” (g.n.).

³ “Art. 208. [...]

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua **oferta irregular**, importa **responsabilidade da autoridade competente**.” (g.n.).



em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica (meta 6 do PNE); (iii) garantir que as unidades escolares estejam adaptadas para receber as crianças portadoras de necessidades especiais; (iv) aplicar recursos municipais na capacitação e avaliação do corpo docente; (v) providenciar Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros para todas as unidades de ensino (Decreto nº 56.819/11 e Lei nº 6.437/77); e (vi) garantir a obtenção de melhores notas no IDEB (evento 93.22, fls. 14/15).

No campo da **Saúde**, o Executivo deve envidar esforços para ampliar o número de equipes de Saúde da Família (indicador 17 da Resolução CIT nº 08/2016) e equipes de Saúde Bucal (indicador 19 da Resolução CIT nº 08/2016), estabelecer controle de resolutividade e de tempo de atendimento dos pacientes e, ainda, divulgar a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde nas UBSs (evento 93.22, fls. 17/20).

Quanto à infraestrutura do referido setor, há necessidade de obtenção de autos de vistoria do Corpo de Bombeiros e de alvarás de funcionamento da Vigilância Sanitária (Lei nº 6.437/77) para todas as UBSs (evento 93.22, fl. 18).

Em relação à Promoção e Vigilância da Saúde, é necessário aumentar as coberturas das Vacinas Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice Viral (1ª dose) (indicador 04 da Resolução CIT nº 08/2016) (evento 93.22, fl. 18).

A Prefeitura também deve ampliar a cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue em todos os ciclos (indicador 22 da Resolução CIT nº 08/2016) e promover ações conjuntas com outras secretarias municipais com foco na prevenção e combate às drogas (evento 93.22, fl. 18).

Ademais, entende-se que a Administração deve adotar providências necessárias ao exato cumprimento da lei (art. 71, inc. IX, da Constituição Federal e art. 33, inc. X, da Constituição Estadual) e aprimorar a gestão nos seguintes pontos:

1. **Item A.1.1** – aprimore o funcionamento do Sistema de Controle Interno;
2. **Itens A.2, C.2, D.2, F.1 e G.3** – corrija as impropriedades apontadas pelo IEGM sob as perspectivas planejamento, ensino, saúde, meio ambiente, gestão da proteção à cidade e governança de tecnologia da informação, conferindo maior efetividade aos serviços prestados pela Administração;
3. **Item B.1.5.1** – institua controle sobre os precatórios dos créditos a receber;
4. **Item B.1.9** – adote providências quanto à revisão de seu Quadro de Pessoal, especialmente no que toca aos cargos em comissão, adequando-o às exigências do art. 37, inciso V da Constituição Federal;
5. **Item D.2** – corrija as falhas observadas na fiscalização ordenada sobre almoxarifado da saúde;
6. **Item G.1.1** – elimine as impropriedades identificadas nos quesitos atinentes à Transparência e cumprimento da Lei de Acesso à Informação.



Acerca de tais recomendações, é preciso alertar a Origem que a reincidência sistemática nas falhas incorridas poderá culminar no juízo desfavorável das contas relativas a exercícios vindouros, sujeitando ainda o responsável às sanções do art. 104 da LCE nº 709/1993.

Por fim, caso haja juntada de qualquer novo documento ou pronunciamento nos autos, nisso incluída a manifestação de quaisquer órgãos técnicos desta Corte de Contas, desde já se requer vista, nos termos do art. 70, § 1º, do Regimento Interno, c/c art. 3º, inc. I, da Lei Complementar nº 1.110/2010, a fim de que o MPC, atuando como fiscal da ordem jurídica, possa ter acesso a todos os elementos da instrução processual.

São Paulo, 31 de janeiro de 2020.

LETÍCIA FORMOSO DELSIN MATUCK FERES
Procuradora do Ministério Público de Contas

/22

✚

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: LETÍCIA FORMOSO DELSIN. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 2-A9FU-8KVJ-6X0I-6C6E